



PROJETO DE LEI Nº , DE 2002.
(Do Sr. RONALDO CAIADO)

Modifica dispositivos da Lei nº 8.629,
de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe
sobre a Reforma Agrária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 2º *Para fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante prévia comunicação escrita ao proprietário ou seu representante, devidamente credenciado. (NR)*

§ 3º *Na ausência do proprietário ou do representante, a comunicação poderá ser feita mediante edital, a ser publicado, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação na capital do Estado e da cidade de localização do imóvel. (NR)”*

Art. 2º A alínea “a” do inciso II e a alínea “a” do inciso III do artigo 4º da Lei nº 8.629, de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

II – Pequena propriedade – o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 10 (dez) módulos fiscais; (NR)

III – Média propriedade – o imóvel rural:

a) de área superior a 10 (dez) até 25 (vinte e cinco) módulos fiscais; (NR)”



Art. 3º O artigo 6º, **caput**, os incisos I e II do parágrafo 2º e o inciso II do parágrafo 3º da Lei nº 8.629, de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados de acordo com o disposto no artigo 11. (NR)

§ 2º

I – para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecido para cada Microrregião Homogênea; (NR)

II – para a exploração pecuária, divide-se o número total de animais de grande porte, de qualquer idade ou sexo, mais a quarta parte do total de animais de médio porte existentes no imóvel, pelo índice de lotação estabelecido para cada Microrregião Homogênea; (NR)

§ 3º

II – as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária; (NR)”

Art. 4º O inciso IV do artigo 7º da Lei nº 8.629, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

IV – haja sido aprovado pelo órgão federal competente, na forma estabelecida em regulamento. (NR)”

Art. 5º O artigo 11, **caput**, da Lei nº 8.629, de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 – Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão fixados e ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, depois de ouvido e aprovado pelo Congresso Nacional.” (NR)

Art. 6º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O desrespeito às leis propicia a anarquia e conflitos fabricados, servindo para desestabilizar o sistema produtivo rural e atropelar o Judiciário e o Congresso, razão pela qual é imperioso que se defina, por lei, os índices de produtividade por microrregião homogênea do país.

Os problemas do campo, que envolvem a produção de alimentos e que contribuirão para o atendimento da meta de governo de fome zero, não podem ser tratados de maneira vaga e superficial, como tem sido até agora.

A falta de visão e informação dos órgãos encarregados prejudica a ameaça o setor produtivo rural, tornando inútil fazer melhoramentos genéticos, criar o novilho precoce, se não forem reconhecidos pelos índices levados em consideração para aferir a produtividade de uma fazenda. Ademais, é preciso modernizar e agilizar métodos de produção, tornando-os competitivos no mercado mundial.

Este o motivo das modificações propostas que trazem para dentro do Congresso Nacional a discussão e aprovação desses índices, tirando-os das mãos dos burocratas. Afinal, não pode e não deve o Poder Legislativo abrir mão de suas prerrogativas constitucionais.

Assim, são propostas as seguintes modificações na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Sala das Sessões, em de de 2002.

Deputado RONALDO CAIADO